
Entrevista com Marino Kury: a trajetória de um jurista

Katani Maria Nascimento Monteiro*

Investigar a trajetória dos magistrados da Comarca de Caxias do Sul constitui-se num dos objetivos do projeto **Comarca Caxias: a história da Justiça e do Judiciário**, do Centro Regional de Memória do Judiciário, acervo de fontes judiciais que atualmente integra o Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul. A entrevista que aqui se apresenta é, pois, fruto desse projeto e foi construída num momento bastante delicado da vida do entrevistado. Marino Kury encontrava-se enfermo, e a primeira parte da entrevista foi realizada num quarto de hospital, em abril de 2004. A conversa que tivemos pareceu fazer-lhe abstrair por algumas horas a luta que travava contra a doença que o fragilizou e que resultou em seu falecimento no ano seguinte. Com um jeito um tanto quanto irreverente, Kury rememorou, quase sempre sem pestanejar, episódios de sua trajetória profissional como jurista em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Expressou graça ao lembrar de algumas dificuldades que enfrentou na vida. Surpreendeu a entrevistadora, por exemplo, ao dizer que em Caxias do Sul não havia “crime bonito” como os da fronteira, onde “até o tirinho é bonito”.

A segunda parte da entrevista foi realizada em sua residência, em Ana Rech, distrito de Caxias do Sul, dois meses depois. A biblioteca pessoal serviu de cenário e, como não podia deixar de ser, inspirou perguntas que não estavam na pauta. A presença dos livros também incitou a memória do professor no curso de Direito da UCS que afirmou indicar aos seus alunos a leitura de Euclides da Cunha e a declamar poesia “em voz alta” quando a inspiração para a elaboração de uma petição lhes faltasse.

* Professora no curso de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: katanimonteiro@terra.com.br.

A diversidade de temas possíveis de serem abordados a partir do depoimento de Kury constitui-se numa das riquezas desse tipo documental para estudos de diferentes áreas do saber. Entretanto, tratar a entrevista como fonte de pesquisa requer a consideração de que ela não exprime o passado tal como ocorreu. A entrevista “documenta uma versão do passado” e permite, a partir da “comparação entre diferentes versões”, a ampliação “do conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado”. (ALBERTI, 2005, p. 19). Essa tem sido a concepção que norteia a organização de um conjunto de depoimentos de ex-magistrados da Comarca Caxias: a partir de “experiências e versões particulares” alcançar questões mais amplas sobre a história da justiça e do Judiciário.

Inicialmente, gostaríamos que o senhor comentasse sobre as suas origens sociais e familiares e em que medida isso interferiu na sua escolha de cursar uma faculdade de Direito?

– Bom... É evidente que isso vem de família. O meu pai é sírio-libanês. Papai veio do Líbano com 22, 23 anos de idade. O meu avô paterno é padre maronita, os maronitas no Líbano se casam, não têm o voto de castidade, é opcional. E eu fui influenciado por essa vida religiosa dentro de casa, principalmente pelo lado paterno. Ao contrário, a minha mãe era meio cética, a mãe não era religiosa, minha mãe era “pêlo-duro”, é Melo de Souza, de Cachoeira do Sul. Foi lá que passei a minha infância. Papai era mascate, casou com a minha mãe e se apaixonou, era para ele ter voltado para o Líbano, mas se apaixonou por ela. A minha mãe tinha 16 anos quando eles se casaram. Foram 11 filhos, um é de criação, e eu fui influenciado por isso aí, eu fui para o seminário São José, em Santa Maria e saí homem de lá. Eu estudei com os jesuítas, que foi a grande marca na minha vida. A velha geração dos jesuítas, que fizeram, vamos dizer assim, educaram a turma de 30: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, o Neves da Fontoura, essa gente toda pegou os jesuítas quando jovens, e eu peguei com os velhos, então é a marca. Com base nisso, dentro da minha casa, a gente sempre teve restrição. Meu pai não tinha muito recurso, é evidente. Então estudei, depois voltei a Cachoeira. Aí, prestei serviço militar e em 50 eu fui para Porto Alegre.

O sr. foi estudar no Julinho?

– No Júlio de Castilhos. Na época do Airton Vargas, que foi pró-reitor aqui na UCS. Participei da vida acadêmica.

De que forma o sr. participou?

– Ah... Pelos concursos. Ganhei um concurso de poesia, e tem um livro que foi assinado, 1º lugar em poesia, pelo Airton Vargas e pelo Flávio Tavares, um de esquerda e um de direita.

Movimento estudantil o sr. não se envolveu?

Não porque eu não tinha tempo, estudava à noite. E aí a destinação do meu pai, como todo árabe, ele cria, orienta os filhos. O meu irmão para o Direito, o outro para a Medicina, e eu fui escalado para Medicina por ele, mas eu não me conformei, terminei fazendo vestibular para Direito na UFRGS e ele só foi saber que eu estava fazendo Direito quando eu estava no 3º ano.

Como era o curso na UFRGS?

– Frequência livre. Nós não éramos obrigados a frequentar aula, eu acho que se frequentei cinco aulas ao longo de cinco anos foi muito e de grande proveito.

Como era essa estrutura?

– A estrutura, tu só fazia exame. Tinha exame no meio do ano, tinha exame no final do ano. Tu tinhas o contato que tu quisesse com o professor. O Fabrício, que foi presidente do Tribunal, ele e os irmãos dele, eram três, eles tinham uma república no Edifício Pão de Açúcar, onde eu comecei a namorar a Marlene, minha mulher, que morava na frente. E o Fabrício namorou a mulher dele também, morava na frente. E o Fabrício era abonado e ele frequentava aula. Então, nos repassava a matéria toda, para mim e para os outros. Nós estudávamos assim e fazíamos o exame. O exame no meio do ano, oral e escrito, depois no final do ano, oral e escrito. E tinha a dependência; se tu não conseguia passar em uma disciplina, tu ia pra dependência. Por exemplo, se eu fosse reprovado em uma disciplina do 1º ano eu ia para o 2º com aquela dependência, e, enquanto tu não passasse na dependência tu não ia para frente. Era assim que funcionava. Ia pra biblioteca. A biblioteca da universidade era muito boa, eu tirava os livros para ler.

O sr. se formou na UFRGS em que ano?

– Eu me formei em 1957, só que recebi meu diploma em 58, porque eu não fui à formatura. O Mem de Sá era paraninfo, a turma era da pequena burguesia de Porto Alegre, então era tudo muito luxento. E eu me casei no 3º ano, já era casado, e não tinha recurso para ir, para vestir mulher e ir a baile de gala no Clube do Comércio. Eu recebi em gabinete.

Nessas alturas, o seu pai já estava convencido de que o sr. queria ser advogado?

– No 3º ano ele já soube. Bom, aí me formei e eu trabalhava na Texaco, os grandes empregos em Porto Alegre eram nas companhias de petróleo. Também o Banco do Brasil e a Caixa Federal eram grandes empregadores. Então, como eu não tinha formação, vamos dizer assim, de contador, de quem mexe no comercial, eu não tive chance nos bancos. Então, eu trabalhei desde que entrei na universidade, passei em um exame de seleção para a Texaco e fiquei até o final. Um grande empregador, disciplinado, boa remuneração, tanto que eu assumi a Magistratura em 1962 e, para minha surpresa, o primeiro contracheque era menor do que eu ganhava na Texaco. Eles pagavam melhor. Aí eu me formei e vim advogar em Gramado e passei a lecionar matemática, latim, português. O atual prefeito foi meu aluno, e essa geração que hoje administra Gramado foram meus alunos. Então fiquei lá até 1962. A Marlene teve um insucesso na gravidez e isso aí fez com que eu me desse conta, ela teve uma depressão grande, e eu não podia cuidar dela, e como advogar? Então, resolvi fazer concurso, me inscrevi a distância, fui lá, fiz o concurso e passei.

Concurso para juiz?

– É, para juiz. Então, em 62 eu fui nomeado Juiz para São Francisco de Assis. Aí fui ver no mapa onde é que ficava. Fica entre Jaguari, Cacequi, São Borja e Alegrete. Lá na fronteira.

O concurso para juiz era realizado da mesma forma como é hoje?

– Não, ele era um pouco diferente pelo seguinte. No meu concurso foram 26 candidatos. Nós passamos em 5. Tu fazia exame escrito e oral. Não tinha esse provão. Já entrava, tu fazia o exame escrito, o

exame oral e depois tu fazia o exame de sentença. Então é isso aí, o concurso era um pouco diferente. O ruim era o oral, porque tu entrava na banca geral, então, tu tinha várias disciplinas, uma por uma, era pesado. Mas eu tive um bom curso de Direito e tinha um co-embasamento de colegial, então não tive grandes dificuldades no concurso.

O sr. atuou em outros municípios também?

– Não, bom... Aí vem o problema de 64. Eu estava em São Francisco de Assis, assumi em 62. Em janeiro de 63 teve o plebiscito do Jango, que ganhou. E eu presidi a eleição de 1963. Naquele tempo, tu votava para prefeito e para vice separado, não era dobradinha, e ganhou a Prefeitura de São Francisco de Assis o candidato do PTB e eu pertencia ao PTB aqui, eu fui acusado de fazer política. E ganhou o PTB por uma margem pequena de votos, e ganhou a vice-prefeitura a ADP, era o adversário. Então, o vice do PTB não ganhou a eleição. E, a partir dali, eles atribuíram a mim a vitória, foi um episódio eleitoral muito interessante. No dia da eleição chovia muito, e tinha uma mesa que era do outro lado do rio, um rio pequeno. O presidente da mesa me procurou e disse: – Olha doutor, eu não vou poder levar a mesa para o outro lado, tá cheio. E então eu vim pedir autorização para instalar a mesa do lado de cá. Eu disse: – Tudo bem! Bom, uma meia hora depois, chegou o Wilson, candidato a prefeito com o pedido de renúncia. – Dr., eu vim aqui renunciar. – Por quê? Porque o sr. botou fora a minha eleição. – Por quê? Eu vou ganhar essa eleição por 12 votos, e os meus eleitores estão do outro lado, eles estão lá do outro lado, eles não estão aqui. Se o sr. me autorizar eu boto a urna do outro lado. Aí, eu chamei um Oficial de Justiça e disse: – Olha, vai lá e instala do outro lado, que se dane! Aí, então, ele foi e ganhou a eleição. Então, a partir dali houve aquela marcação. Aí veio 64, e foi terrível, 64 lá no interior, foi terrível, porque São Francisco de Assis tu levava 17 horas para chegar lá de Porto Alegre. Tu passava cinco barcas. Então, o pão chegava no outro dia, o jornal no outro dia, não pegavam as rádios nem nada. Bom! E quando veio o Golpe de 64, eu tinha o presídio, tinha uns 22, 23 presos e a Brigada Militar resolveu entregar o presídio pra mim, porque foi convocada não sei pra onde. Então, consegui os funcionários, Oficial de Justiça,

escrivão e tal. Tinha armas apreendidas, não foram brincar, dei para cada um deles pra cuidar dos presos, e, por azar, eram 11 armas, então fui acusado de armar um Grupo de Onze. A partir dali, passou o primeiro golpe, é evidente que eu me opus verbalmente, aí fui cassado. Na primeira lista de cassação, eu fui o 4º da lista. Aí a Marlene estava grávida do Otaviano, eu fui afastado do cargo, e vim para Porto Alegre. Em Porto Alegre, respondi ao processo, contestei as acusações a meu respeito e terminei sendo absolvido dentro da absolvição dos golpistas. Eles tinham dois juízes reformadores. Então, o juiz mais brilhante eles não toleravam, e os mais humildes eles absolviam. Fui reintegrado no cargo e aí voltei, voltei assim como diz... o desasado, já voltei sem entusiasmo, sem nada. Eu voltei contrariando o Tribunal, eu assumi São Francisco de Assis, assumi, fiquei 15 dias e cheguei à conclusão que se quisesse continuar a ser juiz tinha que sair de lá. Estava um clima danado, aí pedi remoção para Sobradinho. Eu era o mais antigo da 1ª, estava para ser promovido, mas como a promoção era por merecimento eu fiquei sete meses marcando passo, até um outro atingir o tempo para ser promovido por merecimento e eu, por antiguidade.

Quais eram os critérios de merecimento?

– Por exemplo, juiz de 1ª é por merecimento, o outro é por antiguidade, é alternado. Então, se essa vaga é de merecimento, se elege uma lista tríplice e dali escolhe um. Como eu estava saindo do expurgo não me deram chance de disputar merecimento. Aguardei por sete meses. Aí promoveram um juiz por merecimento, e depois outro por antiguidade. Aí fui pra Encruzilhada do Sul, tive um trabalho danado.

Como eram as condições dessas comarcas?

– Olha..., quem melhor pode te dizer isso é a Marlene. A comarca tinha água de poço, luz até as 9 da noite, fazia júri com carbureto. No começo era muito ruim. Em Encruzilhada, eu tive trabalho, porque era terra do Rodrigues, que foi dos sem-terra do Brizola. E quando eu cheguei lá, tinha o golpe, tinham cassado o prefeito.

Isso em que ano?

– Foi em 65. O prefeito foi cassado e assumiu um interventor, que botou toda a turma da prefeitura pra rua, eram todos PTB, e eles todos entraram na Justiça do Trabalho pedindo a reintegração. Então, eu trabalhei e reintegrei todos, eram 24, 25. Ali eu tive um problema sério, porque houve pressão, houve uma série de coisas. E eu fiquei com a marca dos opositores.

Como era a relação entre os Poderes nessas localidades?

– Bom, o problema é muito diferente de hoje. O juiz só falava nos autos. O juiz não falava no rádio, não falava em jornal, não dava palpite, era só os autos. Então, ele cuidava é da sua sentença, e outra coisa, não visitava. Eu não sei fazer visita, não sei, sou xucro, não sei visitar, sou anti-social, porque era recomendado para evitar visitar promotor e promotor não te visitar. Advogados eram dois, três advogados, normalmente os advogados eram de um partido, o outro era de outro, né. Então era uma vida muito retraída. Um ou outro fazia amizade, assim, fora do Fórum. E vivia isolado mesmo, não tinha vida social, não tinha nada, e dificuldade, porque, vamos dizer assim, para julgar às vezes era difícil, tu não tinha material para julgar, tu não tinha livro, não tinha nada. Depois, lá por volta de 1967, 68 é que o Tribunal começou a fornecer uma pequena biblioteca para cada juiz, então, eu tinha matéria muito áspera para julgar, muito áspera.

Como assim?

– Áspera porque qualquer contrariedade, eles te dedavam no Tribunal. Quando tu via tinha um Corregedor, um Desembargador na tua porta para pedir satisfação das coisas. Então, tu era muito judiado nesse sentido. Tinha autonomia, mas era vigiado, a gente mantinha a independência, mas tinha que justificar os atos, administrativamente, uma espécie de controle da corregedoria. Era nesse sentido.

Em relação à Comarca Caxias. Quando o sr. veio para Caxias?

– Bom... Eu cheguei em Caxias em 1970, mês de julho.

Quais eram as condições da Comarca quando o sr. chegou?

– As condições eram as melhores possíveis. Nós éramos três juízes, fazíamos clínica geral. Eu vim substituir o Cristóvão Daniel, na 2ª Vara. Trabalhava na 1ª Vara o Walter Gomes de Almeida e na 3ª Vara o Augusto Fernandes. Nós fazíamos clínica geral, mas cada um tinha uma especialidade. A minha especialidade era *menor*. Comecei a trabalhar com menores. O Walter, no final do ano, infartou, aí eu assumi como substituto a Vara dele e fiquei por mais de um ano com as duas Varas. Eram condições ideais, belos escritórios, eram leigos, mas homens extraordinários. Quem me assessorava no trabalho era a Margô Sauer, que fazia o “Pulita” da época, fazia a crônica social, uma bela criatura. Então, comecei a trabalhar com menor, já que no interior tu não tinha quase problema de menor.

Como era essa situação aqui em Caxias nessa época?

– Bom, a situação era repressão de toda a Polícia. Eu tenho uma relação de 22 menores mortos pela Polícia. Se eu tiver fôlego, vida e arte eu vou escrever a vida deles todos. Mas mortos assim, morte matada. A grande repressão dos menores ocorreu a partir de 74, 75, ali é que foi. Uns menores que todo mundo temia o “Chupa-Bico”, o “João Maria”, o “Bugão”, o “Pelezinho”, o “Boy”, o “Cachimbo”, toda essa turma. Todos esses foram mortos. Nenhum tinha crime de sangue.

Que tipo de crime eles praticavam?

– Eram batedores de carteira, arrombamentos, coisinha, coisinha. E o Fórum funcionava ali atrás do Carmo, onde está a Polícia. Se tu fores ali e olhares para cima do Carmo, lá no fundo, tu tens uma bala encravada lá, quando o “Boy” foi morto.

E a sua relação com a Polícia como era?

– Nós investigávamos tudo, mas o problema é que não havia possibilidade de fazer prova.

O sr. chegou a entrar em atrito com a Polícia?

– Sim, tinha Comissão de Direitos Humanos. Em 1970 nós tínhamos a comissão, que era a Marisa, era a Justina, era essa turma toda do PT. Quem liderava a comissão era a Geni Dallemolle.

Então, a condição de trabalho era boa, tu não tinhas esse volume de trabalho, eu deveria ter, no máximo, contando tudo, processos administrativos, tudo, eu devia ter uns 200 processos. Tu podias instruir tudo dentro do prazo.

Bem diferente de hoje?

– É, bem diferente de hoje. No final é que apertou. Quando nós nos mudamos aqui para a Praça Dante é que foram criadas as outras Varas.

Como eram as relações do sr. com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, o sr. enquanto membro do Judiciário?

– Municipal não tinha problema nenhum. Eu cheguei aqui, o Vitório era prefeito, belo relacionamento. Depois o Mansueto, belo relacionamento, e o prefeito Mário Vanin. Então, praticamente, eu trabalhei durante quase dez anos com três prefeitos, inclusive o Mário Ramos. E na Câmara eu era respeitoso, eles me convocavam seguidamente, por causa dos problemas da Comarca. Com D. Benedito Zorzi que era vice, belo relacionamento.

Que tipo de assunto se discutia?

– Problema social, problema de menor, problema de prostituição de menor, problema da Comai. A Geni Dallemolle foi a grande mestra de todos nós. Ela foi a segunda diretora da Comai, é uma injustiçada, não deram sequer um nome de escola para ela. Porque ela nunca aderiu à política local, não era desse sentido de politicagem. Ela não tem nome de rua, não tem nome de escola, nada. Bem, fiquei na 2ª Cível até me aposentar. Eu fui para a 2ª Cível quando foram criadas as Varas especializadas.

O senhor estava falando sobre a sua atuação na Comarca Caxias como juiz. Poderia comentar sobre o seu trabalho durante a década de 70, quando vivíamos a ditadura militar?

– Bom, em Caxias, em nós juízes eles não tocaram, eu digo com toda franqueza, até me prevaleci da toga, porque, se vocês pegarem o *Pioneiro* de 70 vão encontrar várias entrevistas minhas, principalmente quando foi fechado o Congresso Nacional e, principalmente, quando foi editada a Lei Orgânica da Magistratura. O regime fechou o Congresso. Ah!, na universidade foi um

problema muito sério. Na universidade não tinha mês que não tivessem “alunos profissionais”. Eu tive um aluno que acompanhou durante três semestres as minhas aulas fornecendo as minhas opiniões de aula para o delegado regional do Dops. Mas os milicos daqui respeitavam muito, eles não detiam, ao contrário da fronteira. Na fronteira era terrível, terrível. No Alegrete, eles tinham guarnição, todo dia 15 de abril tinha mil soldados. No período do Golpe Militar, quem me salvou em Alegrete foi o meu tenente quando eu servi, o Teixeira, foi meu tenente em Cachoeira e quando eu cheguei em Alegrete, ele era coronel e casado com uma cachoeirense amiga das minhas irmãs. Então, ele que me dava cobertura. Lecionei em Alegrete, também, lecionei lá Teoria Geral do Estado, lá era danado, lá eu tinha dificuldade, tive várias vezes minha casa cercada, mas isso aí é outra história.

O senhor poderia comentar sobre as causas que chegavam ao Judiciário durante o seu trabalho na Comarca Caxias?

– Bom, o problema é o seguinte. Se tu fores olhar sobre a natureza das ações, Caxias é uma Comarca pobre. Tu não tem grandes assuntos, tu não tem ações bonitas.

O que são ações bonitas?

– Ações bonitas são possessórias, são demarcatórias, são investigações de paternidade, ações bonitas são aquelas que têm grande volume econômico, ação bonita tem advogados, advogados que te dão trabalho, que te obrigam a estudar. Aqui é só miudeza, tu não tem ação grande, é tudo miúdo. Uma ação de 1 milhão de reais tu não tens. Há também outro detalhe, o gringo aqui é muito prático, as grandes fortunas daqui são das empresas, então é associação empresarial. Então tu não tem ação bonita. Agora na fronteira não, fronteira é uma beleza! A comarca que mais trabalho me deu para estudo de Direito foi São Francisco de Assis. Eu era obrigado a estudar. O advogado que mais trabalho me deu em possessão era um rábula, não era formado. Era irmão do sogro do desembargador Dutra. Era um belíssimo sujeito, um grande advogado em possessão.

Então o senhor está dizendo que aqui na Comarca Caxias as causas eram de menor porte?

– Sim... Menor porte é outra coisa...

Quais eram as mais frequentes?

– Era tudo, vamos dizer assim, miudeza. Tu tem despejo, cobrança, tu tem crime miúdo, até o crime era miúdo. Quer dizer, tu não tem um crime bonito. É pobre que mata pobre, agora na fronteira é briga de carrerada, até o tirinho é bonito. O tiro é bem-dado. Vem advogado de fora.

A repercussão é outra?

– Júri de fronteira é um negócio... E outra coisa, a Judicatura mudou. Eu vou dizer isso aí. Mudou, o juiz exauria a ação, eu tinha uma ação, eu tinha um processo, o juiz exauria, o juiz não deixava um argumento sem resposta. Hoje não, o juiz dá opinião dele, não julga. Ele dá opinião, não julga, às vezes nem relatório faz, ele não julga, dá opinião. Julgo precedente, julgo improcedente. No tempo da Magistratura, todo argumento da parte contrária, a tua sentença tu debatias ponto por ponto... Hoje não. O próprio Tribunal, coisa mais triste hoje para mim é ir a um julgamento no Tribunal de Justiça. Tu não tens julgamento de 2º grau, é tudo de 1º grau, é o relator que julga. Tu eras obrigado, na tua formação de magistrado, a exaurir o processo, hoje tu dás palpite. Às vezes tu te esforças, levantas teses bonitas, o juiz nem olha. Julgo precedente por isso, por isso, por isso. Tu pegas um livro de jurisprudência, tu não tens conteúdo. É evidente que eles tinham razão, eu tinha 150, 200 processos, hoje cada um deles tem 5 mil processos.

Estrutura complicada?

– Mas eu discuto com meus alunos, eu discuto, acho que não, o juiz não tem 5 mil processos, o juiz tem um processo para julgar. Quando o meu processo chegar nele, ele tem que julgar o meu. Tem que deixar o resto tudo parado, o problema de volume não é dele, o problema é do Estado, se for preciso dez juízes mais, 20 juízes mais, eles que botem. Quando tu tens, por exemplo, oh...! O Banrisul tem muito serviço numa agência, abre outra, nomeia um gerente. Caxias do Sul hoje precisaria de 40 juízes. Então, eu digo para os meus alunos. Com eles eu discuto, mas meu Deus, chegou o meu processo, mas é esse aqui, se tu tens que ficar dois, três dias julgando o meu processo, vai julgar o meu processo, vai exaurir. Nós temos processos aí, há dez anos esperando julgamento, então quando chega a vez dele, julgue. Então eles argumentam que

tem que tocar, então isso não é julgar, isso é tocar burocracia. É um dos problemas sérios que para mim tem a Magistratura, isso está ocorrendo agora, esse controle externo, o juiz passou a ser um burocrata despachando um monte de processos.

Como o senhor avalia hoje essa questão da autonomia do Judiciário frente aos demais poderes?

– Olha, eu também digo sem medo de que apareça aí, a Magistratura tá pagando o preço, tá pagando o preço, que começou em 64. Houve juízes que chegaram ao Tribunal de Justiça que eram tidos como general à paisana do golpe. Não vou citar nomes por respeito. Foi uma subordinação, vamos dizer, hierárquica. Conto, dou um, apenas um exemplo. Antes de 64, o juiz diretor do Fórum era fixado pelo Código de Organização Judiciária. O juiz que ia para a 1ª Vara era diretor do Fórum. Depois de 64, quem nomeava a direção do Fórum era o Tribunal. Se os milicos não gostavam do fulano diretor do Fórum, eles estabeleciam outro. O Tribunal passou a ter assessor militar e também cabos e sargentos. Tinha um general, coronel reformado lá dentro para assessorar o presidente. É o preço que está pagando, é o preço por não ter resistido. É o preço que determinada cúpula do Judiciário nos colocou a nós juízes de 1ª.

Professor Marino, o sr. observa ao longo da sua experiência profissional como juiz mudanças importantes nas relações entre os magistrados e as comunidades onde eles atuam?

– Bastante...

De que natureza?

– Hoje os magistrados se expõem demais... Se expõem demais, esse negócio de levar a Judicatura para o povo. O magistrado não tem que dar satisfação populista, ele tem que julgar, ele não pode se expor. Outra coisa, não se julga com clamor... O clamor não é prova, o clamor não é nada. Olha o que está ocorrendo aqui, agora, com esse problema do pedágio. Pode ocorrer uma coisa dessa, é possível? Outra coisa, excesso de liminares. Há liminares que levam cinco, seis anos. O juiz não tem nada, o que não está dentro do processo não está no mundo. Ele julga o processo, agora se vão gostar, não vão gostar, ele não tem que dar satisfação, quem vai analisar o que o juiz julgou aqui é o Tribunal. O que tranquiliza o

juizamento é o recurso. O juiz tem menos força que um brigadiano. O brigadiano te prende, bota na cadeia, o juiz não pode fazer isso. Se o Juiz te condena tem recurso, o Tribunal vai confirmar ou não. Então é dentro desse princípio que tu tens que levar a Magistratura e hoje não ocorre. Há uma dificuldade.

Quais foram os momentos mais difíceis da sua carreira de magistrado?

– Olha, em 64 eu estive por desistir. Com o Ato Institucional tu vivias com uma espada na cabeça. Quando eu voltei tive dificuldade pra vir pra Caxias. Uma Loja Maçônica se reuniu e representou contra mim no Tribunal, que não queria comunista em Caxias, pra assumir Encruzilhada do Sul, a mesma coisa. E, também, tivemos outros problemas. Isso foi difícil. Quando chegamos em Caxias, em 1970, a remuneração da Magistratura era a mais baixa possível. Eu tive que morar numa casinha lá perto da rodoviária. A Marlene teve que dispensar a empregada no inverno de Caxias, teve que lavar roupa com criança pequena. Eu tinha um DKV que ficava na garagem, porque não tinha dinheiro para gasolina, subia a lomba a pé [risos].

O senhor tem lembranças de momentos de perigo, ou mesmo de desilusões com a carreira? O senhor já comentou um pouco essa questão das dificuldades com o golpe, mas houve algum momento de perigo, de ameaça e de desilusão com a carreira de magistrado?

– Desilusão não, mas perigo todos temos. Tem um episódio dos guris [os filhos] que estudavam aqui no Carmo. O Fórum era ali embaixo do Carmo, e tinha o “Ciganinho”. O “Ciganinho” vivia aprontando. Aí eu digo: – Oh, vou te mandar para Porto Alegre. – Não Dr., não manda – Vou te mandar. Ele ia saindo, o comissário levando, e ele disse: – Olha Dr., eu vou chegar antes que o guri, e sei onde seus filhos estudam. Ele disse aquilo, e eu nem me liguei. No dia seguinte, me chamaram ao telefone. Era ele. – Eu to saindo Dr., eu vou chegar antes que o ____*. Aí eu me dei conta, mas meu Deus do céu, ele ameaçou meus filhos. Aí reuni um Oficial de Justiça, tudo dentro do carro na hora da saída. Mas era um diabo, esses adolescentes são todos parecidos. Dali um pouco ele me bateu: – O Dr., o sr. achou que eu ia fazer alguma coisa, eu vim aqui me entregar. Então, não tenho arrependimento nenhum.

O senhor teve outras atividades em Caxias como membro do Legislativo. O que fica dessa experiência como vereador?

– Fui vereador em decorrência da emancipação de Ana Rech.

Em que período?

– Foi na 9ª Legislatura, na eleição de 88, presidi a Câmara em 89. Por uma razão simples, nós estávamos emancipados, Ana Rech estava emancipada e tinha que fazer a transição. O nosso candidato a vereador sempre foi o Walter Susin. O Walter não quis concorrer, então, a comunidade de Ana Rech me elegeu, que era pra fazer a transição. Fui vereador nessa Legislatura, o que não me deu satisfação. Acho que nós deveríamos fazer uma grande reflexão sobre a vereança, Caxias não precisa de três reuniões por semana, não tem matéria. Já está tudo regrado, não há como fazer lei, a lei está toda pronta. E outra coisa: não é possível uma cidade como Caxias, trabalhadora, fazer sessão de dia, tem que fazer à noite para o povo poder assistir.

Professor Marino, como era sua relação com a imprensa? O senhor era solicitado?

– Sim, sim... O Mário Gardelin era muito ativo na imprensa, mas ele era um homem muito consciente. O Nestor Golo trabalhava na televisão e tinha coluna no *Pioneiro*, eles trabalhavam, mas não tinham nada de “marrom”. O Mário fez belas reportagens, o Mário conhecia o Fórum por dentro. A imprensa cooperava muito, agora ela era muito exigente, a imprensa da parte que fazia polícia, eles me pegavam muito no pé porque quando eu fui juiz nas execuções criminais no presídio, a gente procurou desenvolver ali junto com a dona Araci Sehbe, a mãe do Kalilzinho, um trabalho comunitário junto com eles. Se comprou máquina de torno e coisas, eles faziam artesanato. Então se trabalhava muito ali.

E a imprensa pegava no seu pé...

– Pegava no pé pelo seguinte, porque presídio, até hoje quando eu falo para os meus alunos, é um caldeirão que tu tens que ter um suspiro, tens que ter uma válvula de escape. E qual é a válvula de escape que tu tens para administrar um presídio superlotado, é dar esperança para o homem. Ele tem que ter esperança que vai chegar o Dia das Mães e vai visitar a mamãe, no dia do aniversário dele tu vais deixar dar uma saída, na Páscoa... Eles sabiam perfeitamente

que tinham as datas certas que o bom comportamento propiciava. Então continhas o homem que ficava esperando.

E já naquela época havia superlotação?

– Havia, mas não tanto assim. Tinha 6, 6 numa sela, hoje tem 12. E mais, conseguia-se manter um certo equilíbrio, porque tínhamos condições de ir ao presídio e conhecer os presos. Hoje é impossível. Então, no Dia de Natal, tu davas uma folga para os melhores. Eu recordo um Natal que estava superlotado, e eu não sabia o que fazer, e foi um bom trabalho feito pela Araci e pelos outros lá dentro, tinham os monitores. Eu liberei 20 presos para passar três dias em casa, foi manchete no *Pioneiro*. Praticamente assim, “O Juiz enlouqueceu, abriu o presídio”, e vieram para cima. Aí, o que que aconteceu? Ficaram aguardando na porta do presídio o retorno, eu sabia que um dia iam voltar, e três não voltaram. Então, já me pegaram no pé, “soltou os presos e não voltaram”. Espera aí um pouquinho... Qual é o problema? Vai ficar mais dois ou três dias, mas ele volta, aí desconta se ficar três, quatro, cinco dias, um mês fora, ele vai ter que cumprir a pena. E voltaram. Um voltou doente, de ambulância. No presídio eu sempre fui bem-quisto. Tinha uma cancha de futebol que tinha meu nome, a maior bobagem do mundo é jogar futebol com presos, eles quase te matam, fazer time de advogado, juiz e promotor contra preso é uma loucura, e eu era novo ainda.

Podíamos falar um pouco sobre a sua vida acadêmica como professor no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul? O que o Senhor almeja para os seus alunos?

– Bom eu leciono na universidade desde 1971. Quando fui vereador, eu me desliguei um pouco, achei que não era compatível e depois voltei. Hoje eu leciono Ética Geral e Profissional para o Direito. Leciono as cadeiras do dia, lecionava as da noite, mas hoje eu não tenho condições de dirigir de noite. Lecionei de tudo, comecei a lecionar Direitos Reais, dei quase todas as disciplinas do Direito e introduzi o Direito Romano, quem criou as cadeiras, quem montou as cadeiras fui eu. Criminologia também fui eu, lecionei os quatro Penais, lecionei os dois Processos, dei Direito Tributário, era uma época assim, que faltava um professor te pegavam, e tu davas. Eu dou Ética para os meus alunos porque aí eu posso fazer a crítica, a

minha cadeira é de formação moral, não é profissional. Aí eu digo o seguinte, quem não for autodidata ta morto. Faço uma figura que é assim meio-folclórica, o diploma vai servir de ventarola, para se abanar, não vai servir para mais nada se tu não for autodidata, já chega mal. Primeira coisa que eu falo para eles é a biblioteca do advogado, como é que tu vai conseguir a tua biblioteca. Se tu olhar aqui [aponta para a sua biblioteca] tu não vai encontrar um livro de Direito.

Isso me chamou a atenção...

– Aqui não tem nenhum, livros de Direito são os códigos, fim! O resto é revista de jurisprudência, hoje na internet tu levantas tudo. Por que que tu vais ficar com aquelas coleção enormes, só pra encher prateleira? Então procuro dar uma relação de livros para eles irem formando as suas bibliotecas.

Dessas leituras que o senhor sugere para os seus alunos, qual a obra que o senhor considera fundamental?

– Advogado vai ler Antônio Vieira. Vai ler o Antônio Vieira. Segundo, Manuel Bernardes, *A nova floresta*, do Bernardes, vai ler, está aqui lido e relido. Terceiro, para pegar bom estilo, leia Euclides da Cunha, é o homem para ler e reler. Quer dizer, para formar um bom advogado tens que ter teu livro, que eu digo para eles, é a lima de afiar o estilo. Tu tens que ter um livro que tu leias e releias, leias e releias. Quando tu tiveres, vamos dizer assim, que fazer uma petição e não vem, suspende... pega um livro e, se possível, leia em voz alta, se for um dia que tu estás meio-pra baixo pega um bom poema do Castro Alves e declama, do Gonçalves Dias e declama, pega um poema do Olavo Bilac e declama, declama em voz alta.

Casemiro de Abreu...

– Casemiro, todos eles. Leia em voz alta, pronto, aí tu afias, então eu dou essa relação. Aí tem que ter uma boa gramática portuguesa, tem que ter um bom dicionário, um grande e um pequeno junto com o código, tem que ter um dicionariozinho que tu não tenha dificuldade para consultar, consulta urgente, junto com os códigos eu tenho dicionário. Não há quem escreva duas páginas que não precise consultar o dicionário duas vezes. E o conselho do velho

padre jesuíta: cada vez que tu consultares o dicionário para saber o significado ou como se escreve a palavra, risque, o teu livro é para riscar, os teus livros não são para ficar novinhos, tu tens que riscar, risca do lado, com lápis, daqui a seis meses tu vais ver que tu vais precisar consultar de novo. Opa! Mas eu já vi essa palavra, risca de azul, a terceira vez risca de vermelho aquela palavra, acabou. Tu nunca mais vais precisar consultar, mas risca, chama a atenção. Outra coisa, não leias, não continua a ler uma página sem saber o significado de todas as palavras que tem ali.

Eu vi quantas biografias o senhor tem do Getúlio.

– Meu pai, como tu vês aí, é árabe, veio de lá com 24 anos, morreu sem saber falar direito o português, todo atrapalhado, mas a minha mãe é “pêlo-duro”, a minha mãe é Melo de Souza. Meus dois filhos são Francisco (Francisco Otaviano e Francisco Ricardo), os meus dois avôs são Francisco, o vô Francisco e o outro vô Francisco, o meu sogro é Francisco, então a “Chicada” toda... E o meu avô materno foi capataz de granjas de arroz do seu Izidoro Neves da Fontoura pai do João Neves da Fontoura, em Cachoeira do Sul.

Eu vi que o senhor tem as memórias do João Neves da Fontoura...

– O João Neves da Fontoura. A mamãe foi menina de copa, fazia serviço de copa na casa grande dos Neves da Fontoura. Ela e uma irmã dela casaram no mesmo dia na fazenda. Os meus tios maternos todos eles pelearam em 30, eu tive um tio materno que peleou em 23, eu tive um tio que acompanhou a Coluna Prestes, então tudo isso aí se impregnou na família. Depois que eu me aposentei, eu fui vereador, eu me elegi, antes de ser juiz, eu fui do velho PTB, eu fiz política em Gramado, à época do Brizola, eu fui “brizolista”, “getulista”. Eu desculpo o Getúlio de tudo, até do Estado Novo. Então eu sempre fiz política, e depois que me aposentei, eu voltei a fazer política. Eu fiz questão, como diz o outro, de tirar a toga. O grande problema da aposentadoria é tu perderes a toga. Todo aquele rapapé que é feito é para a autoridade, não é para a pessoa, tem que se dar conta, determinados juízes aposentados que se frustram todos porque eles pensam que toda a consideração que dão é para ele, juiz, e não é, é para o cargo. Então, tu tens que tirar a toga do lombo.

É simbólico esse poder...

– E o que que eu fiz... Eu saí num dia, no outro dia eu fui trabalhar, diretor da Câmara de Vereadores do Cirilo Mendes que foi meu aluno, que era presidente. Eu fui fazer uma remodelação de toda legislação dos funcionários da Câmara e trabalhei por lá. Então eu deixei a direção do Fórum para ser funcionário da Câmara. Com 21 patrões, 21 vereadores. Então trabalhei ali justamente para esquecer de que eu fui juiz, eu fui juiz dez anos aqui, então, é um problema. Aí, depois, naquele tempo tu te aposentavas e tinha que aguardar dois anos sem advogar. Eu aguardei. Nesse meio-tempo, o Francisco estava estudando Direito, aí começamos a ter escritório de advocacia, e começou o momento da emancipação de Ana Rech, aqui. Então, no começo, indiferentes, eles são muito discretos os moradores locais, eles não se achegam. Eu fiquei no meu canto, eu vim pra cá para traduzir, para ler, para escrever, esse troço todo... Mas até que um dia houve um problema aí da emancipação, não sei o que, e a Geni Dallemolle, que liderava as mulheres veio aqui me pedir que eu patrocinasse uma medida judicial qualquer. Aí eu não me neguei, já podia advogar fui e me entrosei com a luta deles aqui, contra o gigante que é a CIC, a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias. Aí eu vesti a camiseta e fomos, aí eu me atolei até o pescoço na emancipação. E, resultado, emancipamos, mas o Supremo cassou, depois na Constituição de 88 voltamos a emancipar e foi novamente cassado. Em função deste trabalho na emancipação, os emancipacionistas resolveram tirar um candidato a vereador, nós já estávamos emancipados, para fazer a transição, para o município fazer a transição. E o Walter Susin, que mora ali na outra rua, é o vereador tradicional nosso aqui, resolveu não concorrer mais. Aí, me elegeram para ser o candidato a vereador. Aí eu me candidatei com este intuito, de fazer a transição, mas nesse meio-tempo cassaram, eu fiquei então quatro anos. Eu presidi a Câmara de Vereadores no primeiro ano e fiquei três anos lá. Essa é a função maior que eu exerci na atividade legislativa.

E como o senhor vê esta questão da política hoje?

– É ruim de dizer, mas eu digo. Eu acho que a atividade menos gratificante que eu já exerci na minha vida foi a vereança. Eu fui vereador quatro anos e não tive coragem de apresentar um projeto.

Apresentei um, que é uma rua que tem aqui embaixo, que tem o nome do Ruben Rosa, o nosso amigo daqui.

Por que o senhor não teve coragem?

– Porque está tudo legislado... não tem o que legislar. Hoje não há o que legislar, tá tudo legislado. O legislar não é o que resolve o problema nacional ou municipal, ao contrário, o excesso de lei é que atrapalha muito, tinha que fazer um enxugamento. Além disso, os projetos de lei são uma desgraça porque, no meu tempo de vereador, existia uma firma em São Paulo, em Campinas, que te mandava um catálogo te oferecendo projeto de lei sobre tudo o que tu querias. Queria fazer um projeto de lei sobre Igreja, não sei o que, tu pagavas cinco pila eles te mandavam o projeto pronto. Como quem faz pão. Havia ocasiões na Câmara de Vereadores, foi vereador comigo o Pepe, o Elói Frizzo, a Geni Peteffi, o Luiz Carlos dos Santos, era uma Câmara boa nesse sentido, mas havia ocasiões que, recordo uma, que olhei não tinha nem expediente para ler, não tinha nem correspondência para ler e tinha gente no plenário. Não tem o que fazer, não há atividade para três vezes por semana. A Câmara de Vereadores se reunir três vezes por semana: terça, quarta e quinta, não há matéria, não há matéria. Se reunisse uma vez por mês era o suficiente, isso vale para o Congresso Nacional, tu não podes produzir diariamente leis, não pode. Não tem, é uma atividade eventual. Então, é difícil. Se há uma coisa menos gratificante é isso. E depois vereador é exposto, tem que aguentar toda a malhação da imprensa. Acho que tinha que ser proibida a reeleição, têm vereadores aí que fazem da vereança profissão, eles passam os quatro anos agradando o eleitor para manterem o eleitor. Como têm deputados e senadores também. O Darci Ribeiro é que dizia: “Depois do senado a melhor coisa que tem é o céu.” São oito anos, não tem, tinha que ser proibida a reeleição mas, ao contrário...

Para finalizar, o que o senhor gostaria de dizer?

O que eu queria é cumprimentar esse trabalho que vocês estão fazendo. Vão atrás dessa gente, dos juízes aposentados, é importante publicar, embora o distanciamento de dez anos do cargo já tenha significado diverso.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.